



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SARDOAL

ATA Nº 1/2022

**SESSÃO ORDINÁRIA**

25 DE FEVEREIRO DE 2022

**PRESIDENTE:** Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves

**1º SECRETÁRIO:** Alcina Manuela Batista Pinto C. Almeida

**2º SECRETÁRIO:** Rita Margarida Passarinho Navalho

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois pelas vinte horas, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Sardoal, no Sala Polivalente do Centro Cultural Gil Vicente, em Sardoal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

### **Período Antes da Ordem de Trabalhos**

#### **Intervenção do Público**

Ordem de Trabalhos

- 1. Aprovação da ata da sessão anterior;**
- 2. Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nro. 2 do artigo 25º, da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro;**
- 3. Substituição de dois membros nomeados para a CPCJ de Sardoal na Assembleia Municipal;**
- 4. Adesão à ANAM;**
- 5. Concessão do Serviço Público de Transporte de Passageiros do Médio Tejo - Revisão do Contrato Interadministrativo CIMT / Municípios;**
- 6. Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro (SGIFR) - constituição da Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais - designação de representantes das freguesias do concelho**
- 7. Alteração Orçamental Modificativa – Revisão nro. 1/2022;**
- 8. Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Sardoal (PMEPC) - 2022 - aprovação em Assembleia Municipal;**
- 9. Proposta - Adjudicação do Empréstimo MLP até ao valor de 355 mil euros - Várias Obras (Pavimentação e trabalhos complementares) - Ano de 2022;**

Seguidamente procedeu-se à chamada, tendo-se verificado a presença dos seguintes deputados da Assembleia:-----

Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves, Adérito Miguel Gaspar Garcia, Joana Marcos Barroso Ramos, Maria Aida Costa Batista, Joaquim António Lopes Serras, Rui Manuel Lourenço Valente, Marcelo Serras, Fernando Cascalheira Vasco, Célia Maria Neto Dias, Rita Margarida Passarinho Navalho, César Filipe Gonçalves Marques, Paulo Jorge Falcão Lourenço, Adriano Chambel Grácio Martins, Vítor Júlio Outeiro Moraes, Alcina Manuela Batista Pinto Cardoso Almeida, Sofia Salgueiro, Paulo José Casola Pedro, Dora Maria Lavrador dos Santos, Duarte Nuno Alves Batista.-----  
Vice-Presidente da Câmara e Vereadores, Pedro Manuel Lobato Duque e Patrícia Susana André da Silva.-----

Não estiveram presente o Senhor deputado Miguel Alves, tendo sido substituído pela senhora deputada Sofia Salgueiro. -----

Posta a votação a ata da anterior sessão a mesma foi aprovada por unanimidade. -----

### **Período Antes da Ordem de Trabalhos**

O Senhor Presidente da Assembleia iniciou a sessão propondo um Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor deputado Francisco António, cujo teor é o seguinte: -----

*“VOTO DE PESAR*

*Francisco António*

*Foi com imensa dor e consternação que na segunda-feira, dia 21, soubemos do falecimento do Francisco da Silva António, deputado municipal em funções nesta Assembleia Municipal. Foi decretado pela Câmara Municipal, luto municipal no dia 22 de fevereiro, dia do seu funeral.*

*Apesar da iminência deste desfecho, todos ansiávamos e rogávamos por boas notícias. Mais uma vez, a doença ganhou e perdemos um grande ser humano, que lutou, que nunca se rendeu e deu por vencido durante estes anos de confronto com o cancro.*

*Não poderíamos deixar aqui de sublinhar todas as qualidades do Francisco António enquanto defensor inexpugnável da sua freguesia de Santiago de Montalegre e do seu concelho de Sardoal, onde em diferentes funções, começando no associativismo e até ao desempenho de funções políticas, sempre se fez notar como uma voz presente e relevante.*

*Assisti à sua resiliência perante a adversidade como se fosse uma lição de vida, mantendo toda a atividade no domínio da escrita e da edição de livros, bem como da assiduidade aos compromissos políticos que assumiu, nomeadamente a presença nas reuniões desta Assembleia Municipal, sem nunca usar a sua fragilidade física como desculpa, sobretudo nos últimos tempos de maior gravidade da doença.*

*Como escreveu, deduzo, na pagela do seu velório:*

*“Que o meu nome seja pronunciado como sempre foi, sem ênfase de nenhum tipo, sem traço de sombra...*

*Dêem-me o nome que sempre me deram, falem-me como sempre me falaram. Não mudem o tom para triste ou solene. Continuem a rir com aquilo que nos fazia rir juntos. Rezem, sorriam, pensem em mim...”*

*Assim, vem esta Assembleia aprovar este voto de pesar e apresentar as mais sentidas condolências à sua família.*

*O Presidente da Assembleia Municipal”*

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia, referindo a sua consternação pelo acontecimento, lembrando as qualidades humanas do Deputado Francisco António e lamentando a sua perda. -----  
Foi feito um minuto de silencio e o Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade. -----  
Tomou a palavra a Senhora deputada Joana Ramos, lamentando, em nome da Assembleia Municipal, a situação geopolítica que agora se vive e especialmente após dois anos de pandemia, manifestando o seu apoio à Ucrânia. -----  
Fez referência à conferencia sobre o crescimento e sustentabilidade que ocorreu no concelho, no dia 11 de fevereiro, felicitando os responsáveis pelo evento e parabenizando o executivo em responder à população. -----  
Na sua opinião é inegável a frieza dos números, mas, os motivos são conhecidos e as soluções estão a ser trabalhadas e potenciadas pelo município, ainda assim, o concelho não deve ser esmagado pelos números, ou estes serem usados com fins menos éticos. ----  
Tomou a palavra o Senhor deputado Paulo Falcão questionando em que ponto se encontra a construção dos balneários que possam vir a servir os cemitérios. -----  
Questionou também sobre as Etars que estão a ser reabilitadas no concelho, concretamente de Cabeça das Mós, pois pelo que percebeu irá ser transformada em estação elevatória e a da Presa. -----  
Continuou o Senhor deputado, referindo que no próximo mês de agosto vai entrar em vigor a obrigação de todos os condutores de máquinas agrícolas terem os seus certificados de aptidão executados, tendo-se apercebido que com o decorrer da pandemia muita informação se quebrou. A Junta de Freguesia de Valhascos fez um excelente trabalho de divulgação e na sua opinião, era uma mais valia que se promovesse alguma divulgação para que todos tivessem informação. -----  
Tomou a palavra a Senhora deputada Célia Dias referindo ser motivo de orgulho o facto de se terem iniciado as obras de requalificação do Externato Rainha Santa Isabel. -----  
Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo ter sido na terça feira o inicio das obras no externato, lembrando que a candidatura para a realização desta obra foi submetida no dia 19 de dezembro de 2018, tendo sido aprovada em 02 de fevereiro de 2021 esperando que se possa inaugurar aquele espaço no próximo ano, até porque coincide com os 25 anos da Biblioteca Municipal de Sardoal. -----  
Sobre a construção dos balneários referiu estar a aguardar-se por apresentações de propostas sendo que os projetos já existem. -----

Sobre as Etars, as mesmas estão em fase de conclusão, sendo uma da responsabilidade da Tejo Ambiente e outra das Águas de Vale do Tejo. -----

Sobre as máquinas agrícolas, disse o Senhor Presidente da Câmara que os funcionários do município já estão devidamente encartados para as operar e sabe que a Junta de Freguesia de Alcaravela já fez várias formações também para que quem opera com máquinas o faça com toda a segurança. -----

Continuou o Senhor Presidente da Câmara, respondendo à senhora deputados Joana Ramos, que em relação à conferência foi muito bom, não tendo ficado surpreendido com os números do professor Sérgio, conhecidos de todos, bastando ir ao pordata, ou ao Instituto Nacional de Estatística, mas uma coisa é os números outra coisa é a interpretação dos mesmos. -----

Referiu não haver outra forma de se melhorar, sem se conhecer a realidade, tem de haver uma noção clara e honesta sobre o ponto onde se está e para onde se quer ir, e estes números e interpretação estatística, feita por pessoas que estudam e que tem comparação com outros países, com outras entidades e com outros municípios é sempre muito saudável. -----

Tomou a palavra a Senhora deputada Rita Navalho, fazendo referencia ao alcatroamento de ruas em Mógão Cimeiro, numa das quais foram colocadas manilhas enormes que constituem um perigo enorme para quem lá passa, questionando sobre o ponto da situação. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Valhascos, dirigindo palavras de conforto à família do senhor deputado Francisco António, por este momento difícil de perda. Saudou a Filarmónica União Sardoalense pelos projetos que estão a desenvolver, aldeias com música, está de parabéns por esta iniciativa em prol do associativismo. -----

Continuou o Senhor deputado, solicitando esclarecimentos e qual o ponto da situação relativamente a um edifício devoluto na Rua das Flores 27 que está sinalizado pelo Gabinete Proteção Civil desde o dia 1 de abril 2021, o qual está inserido numa curva cega, numa curva fechada, e poderá ser passível de acidentes rodoviários. -----

O Senhor deputado apresentou duas sugestões, a primeira, de mais um apoio para as famílias numerosas, propondo a adesão do município à Associação Portuguesa de Famílias Numerosas, em que todas as famílias com três ou mais filhos poderão ser sócios desta associação, considerando ser uma mais-valia para estas famílias.

A segunda sugestão é porque já houve diversos dias de proibição de queimas, seria a aquisição por parte do município de biotrituradores para fazer este mesmo serviço, o qual tem duas vantagens, nomeadamente a utilização nos dias da proibição da queima e o combate direto à poluição, através de um protocolo de cedência para uso pessoal. -----

Tomou a palavra a senhora deputada Sofia Salgueiro, em substituição do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sardoal, colocando algumas questões sobre a Creche Municipal, nomeadamente, qual o ponto de situação acerca dos funcionários, tendo tido conhecimento que houve um concurso para 4 auxiliares e porque também tem uma filha na creche e sabe também que há auxiliares que terminaram o contrato e saíram e mais ninguém entrou, sendo que atualmente há falta de funcionários, falta de auxiliares nas salas, ocorrendo algumas situações, nomeadamente esta semana foi uma semana com muitas situações graves, inclusive naquele dia, uma criança foi para o hospital. -----

Referiu a existência de trocas de pertences, de chuchas, de roupas, ainda que as coisas estejam identificadas e deixam de estar. -----

Mencionou facto de uma criança ter caído do fraldário, havendo situações que têm que ser revistas, neste caso foi uma distração por parte da auxiliar o que acontece a qualquer pessoa, mas é uma situação grave. -----

Referiu ainda haver falta de auxiliares e o facto de colocarem auxiliares que são da cantina e de outras funções nas salas, com as crianças. -----

A Senhora deputada pediu esclarecimentos sobre estas situações, e questionou qual o número mínimo de auxiliares por sala que é pedido. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, referindo que neste momento a Creche, tem 13 funcionários, para 3 salas. -----

Referiu não conhecer alguns pormenores referidos, principalmente os daquele dia, sendo que nos últimos tempos só uma mãe manifestou algumas preocupações e essa mãe foi precisamente a senhora deputada, tendo sido sugerido ao Gabinete de Ação Social que fizesse uma reunião, estando a aguardar pela mesma. -----

Referiu estar-se numa situação complicada de pandemia, havendo pessoas doentes, com familiares doentes e que têm que ficar isolamento. Tem-se tentado que as coisas funcionem com alguma normalidade, havendo duas opções, ou se fechamos a creche e cria-se um problema aos pais, porque não existem funcionários suficientes, ou tem de se deslocar funcionários de um lado para o outro. -----

Durante um ano a Creche teve uma educadora e neste momento tem 3, existindo vários constrangimentos que uma IPSS não tem, nomeadamente a questão da contratação

pública, estando a decorrer um concurso para 4 auxiliares de ação educativa estando também está no mapa de pessoal para mais 3, que irá abrir muito em breve. -----

Está-se também em fase de apresentação de um projeto para uma candidatura para uma creche nova. -----

O Senhor Presidente garantiu que as crianças estão seguras e erros há em qualquer lado, havendo sempre situações de desconforto que acontecem onde há crianças.

Tem de se melhorar, tem de se analisar, tem de se rever, mas o que tem pedido sempre aos pais, não pondo em causa as questões de segurança, é compreensão, tolerância, em relação às coisas que têm acontecido, estando o município a trabalhar todos os dias e muito para melhorar estas condições. -----

Solicitou que a senhora deputada continue a fazer aquilo que tem feito como mãe, que é fazer chegar as situações em que possam estar menos ao seu agrado para serem validadas e alteradas se for caso disso. -----

Em relação ao referido pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia Valhascos, o Senhor Presidente referiu que a Autarquia está a tentar um enquadramento naquilo que é uma candidatura para o condomínio das aldeias, precisamente a aquisição de trituradores e, em relação às famílias numerosas, existem parcerias e existe enquadramento com a Associação das Famílias Numerosas, referindo que o município tem sido galardoado pelo apoio e pela qualidade que dá às famílias, pela Associação Famílias Numerosas e qualquer pode ir ao site e inscrever-se como família numerosa. -----

No que concerne à Rua das Flores, está devidamente sinalizada, havendo coisas que ultrapassam o município, nomeadamente a situação referente à transmissão da titularidade, houve uma doação a uma entidade e os proprietários já não podem ser notificados porque eles não são proprietários, porque fizeram a doação, mas já foram notificados no sentido de que as obras têm que ser feitas, sendo que o novo proprietário é que vai assumir esses encargos. -----

Continuou o Senhor Presidente da Câmara, em resposta à Senhora deputada Rita Navalho, dizendo que a obra está para começar em breve, no próximo mês. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia começando por felicitar os sardoalenses pela sua atitude cívica no passado dia 30 de janeiro. nas eleições legislativas, mais de 67% da população, estando o Sardoal mais uma vez no top dos concelhos com a menor abstenção e isso é motivo de orgulho. -----

Referiu a Conferência sobre o crescimento e a sustentabilidade no concelho de Sardoal, ficando também agradado que o município tenha aceite o desafio da vida económica para fazer uma das edições desta conferência no concelho de Sardoal. -----

Referiu ter gostado de algumas intervenções, no final, e outras que não o surpreenderam, fazendo referência à intervenção do doutor Sérgio Nunes, do IPT, que trouxe alguns números sobre o concelho, pensava-se que grande parte deles não era novidade, muitos deles já tinham sido referidos pelo PS, quer na Câmara Municipal, quer na Assembleia Municipal, e se calhar nunca foi dado crédito por ser oposição, mas o que é certo é que o doutor Sérgio Nunes veio confirmar esses números, os quais vêm demonstrar que nos últimos mais de 20 anos a estratégia que foi seguida no Município de Sardoal não foi adequada para garantir um futuro e por isso existem problemas na demografia, no envelhecimento, no emprego, no valor acrescentado bruto ou na riqueza criada no concelho, no poder de compra, nas despesas pessoal, no emprego público e no emprego total. -----

Disse ainda que é sabido que o Município tem algumas valências que muitos concelhos do país não têm, mas a diferença que têm para o Sardoal não justifica os números que o Sardoal tem e esses ainda assim têm rácios inferiores aos do Sardoal e também têm pouca população. -----

Na sua opinião há opções estratégicas que foram tomadas e que devem ser repensadas. -- Sobre as obras no Externato Rainha Santa Isabel, disse ainda o Senhor deputado que ficou agradado pelo início das mesmas. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Rui Valente começando por parabenizar o texto da deputada Joana Ramos, apesar de não ter estado presente na conferência, mas ficou esclarecida, não concordando quando diz que se tem funcionários e mais e população a menos. -----

Parabenizou o executivo pela excelente conferência, espera que a intervenção dos oradores tenha chegado ao executivo, como chegou a todos, e que que essas intervenções tenham sido úteis para que o Sardoal possa crescer com sustentabilidade, mas não um crescimento que seja mais tarde hipotecado. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcaravela, informando que, sobre a questão de conduzir e operar tratores em segurança, aquela freguesia já teve cerca de 8 cursos concluídos, dois estão a decorrer e existem inscrições abertas, porque a partir de 1 de agosto de 2022 toda a gente já tem que ter e é uma das preocupações das freguesias, que as pessoas tenham sempre as habilitações, assim como a preocupação do



fim da validade do cartão de fitofarmacêuticos e terá de se começar a pensar também para que as pessoas possam renovar esses cartões. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, dizendo que em relação à conferência se fosse noutro dia ou noutra hora, provavelmente não se teria aqueles oradores, mas a mesma foi gravada o que possibilita ser vista em qualquer outro dia além de que esta semana saiu no semanário económico um resumo sobre a mesma.

Referiu que a conferência foram várias horas e está a ser resumida em vinte e cinco minutos. -----

Continuou referindo que o professor Sérgio não inventou números novos, nem trouxe nada de novo, nem foram fruto do seu trabalho, são números que todos conhecem, que nunca foram contestados e que estão no pordata, no Instituto Nacional de Estatística, à disposição de todos, a diferença está na sua interpretação. -----

Referiu não concordar com a visão pessimista que foi dada, porque foi essa a interpretação dos números daquele interveniente, porque os outros não tiveram essa visão, sugerindo que se veja mais do que esses 25, 30 minutos e, a prova que a Autarquia não tem trabalhadores a mais, pelo menos já há um deputado do PS que já o sabe. -----

Há falta de trabalhadores na educação e no geral, porque existem muitos funcionários que estão com serviços melhorados, outros com atestado médico. -----

Referiu perceber quando a deputada Joana Ramos diz que o que não está certo é a população e que são os números, e é muito simples, o Centro Cultural faz sentido, pelas atividades que tem, pelo dinamismo que tem, por ter a ocupação que tem, e é isto que deve ser discutido, se se quer ter um Centro Cultural Gil Vicente como este, com esta dinâmica ou não, se não se quiser, dispensa-se 6 trabalhadores, mas se, a opção é ter, que se tenha com qualidade e é isso que se pretende. -----

Referiu o Senhor Presidente que o professor Sérgio errou, dando o exemplo de que ele não sabia que a transferência de competências na área da educação, acrescenta cerca de 45 trabalhadores. -----

São também poucos os municípios têm bombeiros, e agora o Sardoal também tem algo que outros municípios não têm que é a creche, e se o Sardoal não a tivesse, seriam menos 13 trabalhadores. -----

Quando se diz que a estrutura do município para ter qualidade para os 3500 habitantes, nomeadamente biblioteca, piscina, Centro Cultural, tem de se fazer uma oferta com qualidade, a qual não se faz sem recursos humanos, assim com a Loja do Cidadão, sendo uma questão de opção. -----

Os números são estes, não se pode ignorar e lembrou da regularização dos 43 precários. ---  
O Senhor Presidente referiu o facto de o PS ter solicitado uma listagem dos trabalhadores e pediu que faça uma proposta de alteração e que analisem o documento, pois é muito fácil dizer que há trabalhadores a mais, mas quem gere a Câmara não sente isso, sendo que todos os dias tem sido assunto de reflexão a questão dos recursos humanos que se tem em falta. -----

Continuou o Senhor Presidente dizendo que só se garante o aumento da população se houver respostas em termos de qualidade de vida a qual faz-se também pelos equipamentos que se tem, nomeadamente em termos culturais, de educação, e o município faz isso. -----

O Sardoal tem o problema da habitação, que está a ser resolvido, tendo já sido aprovado o contrato com o IRHU no âmbito da estratégia local de habitação. -----

Tomou a palavra a Senhora deputada Joana Ramos, referindo que o rácio que se quer para daqui a algum tempo quando as pessoas vierem, para terem os equipamentos a funcionar sem qualquer problema e com constrangimentos, na sua opinião quando se está num grupo parlamentar, o papel pode esgotar-se naquele local, mas tem de se ir mais longe, nomeadamente até comunicar a outras esferas do partido quais são os seus problemas. ---

Interveio o Senhor deputado César Marques começando por reiterar os votos de pesar acerca do senhor deputado Francisco António e questionando qual o ponto da situação da antena de telecomunicações instalada em Alcaravela, Casos Novos, e quando é que inicia a sua função. -----

O Senhor deputado disse que se falou sobre potenciais moradores, mas questiona o que se fazer para manter os que já moram no concelho. -----

Relativamente ao associativismo, e tendo em conta o aliviar das medidas, tendo em conta o passar da pandemia para endemia, o associativismo durante estes dois anos tem estado estacionado, no que concerne à parte cultural, social e desportiva, questionando sobre o que se pode esperar para o resto do ano, em termos de apoios, quais as etapas que se pode esperar. -----

Em termos financeiros, com a passagem da rede de águas para a Tejo Ambiente, antigamente era feito uma isenção ao pagamento de águas para as associações, questiona, como vai ser feito agora. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adriano Martins, manifestando o seu pesar à família e amigos do Senhor deputado Francisco António. -----

Questionou sobre o ponto da situação centro de cycling e sugeriu a criação de um campo de padel junto à zona da piscina ao pé do complexo desportivo, dado que o de Abrantes é muito requisitado e sendo uma tentativa de captura de jovens e de apoio à juventude, seria um ótimo investimento para os jovens e para o município. -----

Interveio o Senhor Presidente referindo que o centro de cycling vai arrancar em breve e sobre o campo de padel, é uma boa sugestão e fica só por aqui, terá de se ver quanto é que custa, lançando um desafio à comunidade e aos jovens que daqui a um ou dois meses o Sardoal terá um pavilhão para prática desportiva, possibilitando também que nesse pavilhão possa haver novas modalidades no concelho. -----

Continuou o Senhor Presidente, respondendo ao Senhor deputado César Marques, o associativismo tem um papel muito importante nesta dinamização também desportiva e a Câmara Municipal assume as suas responsabilidades até como delegação de competências, porque a promoção do desporto, da cultura fazem parte daquilo que são competências do município e que são delegadas nas associações, delega-se e paga-se, Sabe-se que houve uma turbulência causada pela da pandemia, as associações não tiveram disponibilidade de se reunirem, de se organizar para se poderem candidatar ao regulamento do associativismo. A Câmara irá analisar as propostas que chegarem, tendo sido alargado o prazo porque não havia propostas. -----

Em relação aos apoios e a questão da água, é um dos apoios que tem enquadramento no regulamento do associativismo, para as associações que se candidatem, mas lhe parece fosse justo, não se saber pelo menos quanto é que se gastava, e a Câmara irá apoiar, a água era um não custo para o município, e agora passa a ser uma despesa. -----

Sobre as antenas de comunicação, são três, uma em Alcaravela, em Chã Grande, outra no Sardoal e outra perto de Carvalhal, precisamente para trabalharem em conjunto e vão ter uma cobertura muito maior da rede serviços. Foi um concurso internacional, o governo não tem culpa nenhuma, os processos são demorados, sendo esse um problema do interior, ou temos boas redes de comunicação ou então a atratividade para empresas também baixa, tendo-lhe sido garantido é que as zonas de implementação de empresas vão ter brevemente uma boa cobertura. -----

Tomou a palavra a Senhora deputada Sofia Salgueiro, referindo que se falou sobre a qualidade, nomeadamente no Centro Cultural, em relação à creche, se é para ter que seja também com qualidade, estando de acordo com a questão da falta de funcionários na creche, mas acredita que existe excesso de funcionários em certas zonas, que poderiam ser transferidos para onde fazem falta, como na creche municipal. -----

Gostaria de saber e que lhe fosse garantido que existem condições na sala em questão, que tem 14 crianças e se o número de auxiliares é suficiente para essas crianças. -----  
Disse que de momento as crianças não têm à estabilidade emocional, com a alteração constante de funcionários, as crianças não querem ficar sendo certo que a creche municipal já funcionou muito bem, tendo conhecimento de haver mais progenitores que não concordam e, não o expressando deveriam fazê-lo. -----  
Continuou a Senhora deputada sugerindo a natação para bebés na piscina coberta, tendo um custo baixo, na sua opinião, padel se calhar terá mais impacto, mas, a natação para bebés seria muito benéfica porque há muitas crianças a frequentar as piscinas em Abrantes e poderiam estar a fazê-lo no Sardoal. -----  
Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que a Senhora deputada está a dar uma péssima imagem da creche que não corresponde à realidade, é a sua realidade, lamentando que esta Assembleia Municipal esteja a ser aproveitada para uma situação pessoal, dado que nenhum pai mais expôs as coisas da forma que a senhora tem com visão tão negativa e lamenta que tenha apresentado naquela sede, os seus problemas, o seu ponto de vista, a sua forma de ser, a sua forma de pensar e lamenta que o Partido Socialista permita que a senhora se esteja a servir de uma Assembleia Municipal para o seu caso pessoal. -----  
Continuou o Senhor Presidente dizendo que a creche tem qualidade, a responsável por cada sala é a educadora não é a auxiliar e aquilo que se criou foi estabilidade nas educadoras, existindo uma educadora permanente dentro do horário de utilização da creche, outra coisa é componente de apoio à família, antes e depois, e esse horário existe e é cumprido por uma educadora, deu-se estabilidade à creche com esta educadora, uma educadora por sala e, além disso, está a decorrer um concurso e a fazer-se os possíveis para se ter pessoal. -----  
É muito injusto e não admite que diga que não tem qualidade, sendo a única pessoa a dizê-lo. Problemas todos têm, situações acontecem, em todas as creches, em todas as escolas, mas lamenta que venha para a Assembleia Municipal, utilizando este tempo para resolver o seu caso pessoal e não o caso pessoal de uma creche, porque existem reuniões frequentes com as educadoras e com os pais e nenhum tem a visão tão negativa como a da senhora deputada, além de que o assunto está a ser e será resolvido. -----  
Sobre os 14 elementos numa sala, disse ser uma questão principalmente técnica, aprovada em reunião de Câmara, e havendo questões com este número, as mesmas devem ser colocadas aos técnicos. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Paulo Casola e referindo-se à questão das telecomunicações, disse que Alcaravela se calhar vai ter mais uma antena com uma nova rede, havendo já negociações entre a Vodafone e o proprietário do terreno para a sua instalação. -----

Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia para lamentar a forma desapropriada como o Senhor Presidente da Câmara se dirigiu à Senhora deputada Sofia, particularizando um assunto que ele próprio reconhece que existe e personificando naquilo que a senhora deputada que também é mãe aqui veio trazer. Referiu não ser a primeira vez que o Senhor Presidente julga os Senhores deputados pelas suas intervenções, referindo que quem ali está sob análise é o desempenho do executivo municipal e não os Senhores deputados.

Todos querem o melhor para o Sardoal, ainda que os pontos de vista sejam diferentes, devem ser ouvidos, discutidos e respeitados. -----

O Senhor Presidente referiu perceber e respeitar as intervenções dos Senhores deputados, mas gostaria que houvesse outra preparação para que não se falasse em vão, existem rácios e a Câmara cumpre os rácios. -----

Disse também ficar descontente pelo facto da Senhora deputada Sofia falar de um problema pessoal, que é seu, não é problema dos outros pais da creche, sabendo que esse assunto está a ser tratado, não está fechado, sendo que irá reunir como tinha dito, com a mãe Sofia, no sítio próprio, para se discutir estes assuntos. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Vitor Morais dizendo que a Senhora deputada Sofia não falou só no seu problema, mas sim de um problema que se passou naquele dia na creche, que até foi com o seu neto, que caiu quando estava a mudar a fralda, acidentes acontecem, mas têm de ser prevenidos. -----

Tomou a palavra a Senhora deputada Joana Ramos referindo compreender a posição do Senhor Presidente da Câmara que segundo o que diz, é uma questão pessoal e, manifesta a sua solidariedade porque percebe o que é ser mãe de um bebé, mas também tem de se relativizar as coisas. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente e dirigindo-se ao Senhor deputado Vitor Morais, manifestou a sua solidariedade e preocupação pelo sucedido e irá apurar o que se passou, até porque não irá misturar assuntos que já se passaram e estão a ser tratados com os que aconteceram recentemente. -----

### **Intervenção do Público**

Sem intervenções.

### **Ordem de trabalhos**

---

*Ordem no. 1*

*Realizada no dia 25-02-2022*

*Sessão Ordinária*

## **1. Aprovação da ata da sessão anterior;**

Tomou a palavra a Senhora deputada Aida Batista referindo que o seu conceito de ata não é este, que o documento em causa não é uma ata, mas sim uma transcrição de uma gravação e uma ata não é isso, é uma súmula do que se passa, nunca tendo visto uma ata qualquer ser uma transcrição *ipsis verbis* daquilo que se passou, indagando como serão as atas de uma Assembleia Municipal de Lisboa. -----

Referiu que a sessão está gravada e se alguém tiver alguma dúvida pode sempre recorrer à gravação. -----

Disse ainda senhora deputada que não irá votar atas que tenham este tamanho, porquanto conceito de ata é subvertido. -----

Ainda sobre a forma como o Senhor Presidente se dirigiu à Senhora deputada Sofia, em determinada altura disse “eu não lhe admito”, na sua opinião ninguém tem o direito de dizer a outro colega que não admite, porque estão uma assembleia, todos têm o direito de manifestar as suas opiniões. -----

A Senhora deputada disse ainda que como mulher e deputada não gostou da forma não deselegante como falou. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia, referindo respeitar a opinião, mesmo não concordando, sendo que para si, o problema das atas resumidas é que há sempre alguém que acha que a sua opinião não foi devidamente transcrita, isto é a possibilidade que as gravações nos dá, é de transcrever *ipsis verbis* o que foi dito, e sendo um documento excessivo, antes seja por excesso que por defeito, porque se as atas forem resumidas vai sempre haverá alguém que achou que a sua opinião não estava lá devidamente contemplada. -----

Disse ainda que se todos concordarem com o resumo das atas, a mesa estará disponível para ir por esse caminho, mas sabe que isso irá trazer mais problemas no futuro. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo não ter sido sua intenção ser deselegante com ninguém, homem ou mulher, está-se a falar de igualdade de género, não fazendo distinção, manifestando o seu pedido de desculpa se foi deselegante com a Senhora deputada Sofia, no calor da discussão estas coisas acontecem. -----

Sobre as atas, referiu que a responsabilidade das mesmas não é do executivo municipal e nem concorda com o que o Senhor Presidente da Assembleia diz, porque é de uma exaustão enorme para quem faz a ata, assim como para quem lê, estando no Código do Procedimento Administrativo o conceito de ata, que é o resumo dos assuntos tratados na reunião. -----

Disse ainda que existe uma mais-valia nas gravações das reuniões, que podem ser visualizadas pela internet, e a senhora Deputada Batista tem o seu apoio e tem toda a razão, na sua opinião deveria mudar-se esta forma de ver, sendo o que se faz nas reuniões de Câmara, que é um resumo, os senhores deputados e os senhores vereadores têm acesso e podem dar os seus contributos com o que gostariam de ver introduzido. -----

Interveio o Senhor Presidente da Assembleia dizendo que a ata é o fiel depositário das decisões tomadas, e é isso que interessa porque hoje em dia com muito mais facilidade se vai ver as imagens do que se vai ler uma ata. -----

Referiu o Senhor Presidente que irá tentar chegar-se a um consenso e perceber se se consegue diminuir o tamanho das atas e tentar torná-las mais equilibradas. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo se ata for feita de outra forma, não se pode exigir a um funcionário do município que não está aqui presente para fazer a ata, se calhar têm que ser os senhores secretários a ter este papel de fazer o resumo, até porque existe também uma sensibilidade política sobre os assuntos que estão em discussão e a forma de os colocar em ata que não se consegue exigir a uma funcionaria administrativa, que tenha essa sensibilidade, sobre o que é importante ficar em ata. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado César Marques dizendo compreender as razões apresentadas, mas abrindo o aso aos resumos às atas, cria-se uma subjetividade que depois vai levar a discutir procedimentos e não a discutir aquilo que são realmente as políticas que fazem influência nas pessoas as pessoas, se já há tão pouca adesão numa Assembleia Municipal pelos procedimentos todos que aqui se debatem, isto só afasta mais as pessoas, não vamos resumir e subjetivizar aquilo que é falado. -----

A ata da ultima sessão foi aprovada por maioria, com quinze votos a favor e uma abstenção. -----

## **2. Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nro. 2 do artigo 25º, da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro;**

Tomou a palavra o Senhor Presidente referindo que o documento reflete a atividade da Câmara Municipal, naquele período e manifestando a sua disponibilidade para responder a qualquer duvida que exista. -----

Referiu a redução da dívida a 31 de janeiro de 2022, no valor de 1,5 milhões de euros, em relação à dívida total do município a 31 de janeiro de 2022, frisando que nunca se teve uma dívida tão baixa. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia referindo ter registado com agrado redução da dívida, mas esta é uma dívida de fornecedores de imobilizado, basicamente

são fornecedores de equipamentos para as escolas e estando a escola praticamente concluída, faltando só o pavilhão, muitos dos pagamentos hão-de estar praticamente regularizados. -----

Questionou sobre a existência de mais algum processo em tribunal em que o município seja réu, ou queixoso, ao que o Senhor Presidente respondeu não haver mais nenhum, existem dois processos que têm a ver com a defesa da floresta contra incêndios, e este do caminho. -----

Disse que a dívida era alta também pelas mesmas razões e pelo investimento que se faz este é o resultado. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do documento.

### **3. Substituição de dois membros nomeados para a CPCJ de Sardeal na Assembleia Municipal;**

O Senhor Presidente da Assembleia explicou que os membros eleitos terminaram o seu mandato, o qual não pode ser renovado, havendo necessidade de a Assembleia encontrar nomes que possam fazer parte da Comissão Alargada da CPCJ. -----

Foi alvitrado o nome do Dr. André Filipe David Pina cuja formação é em psicologia social e das organizações e que já colabora com o CLDS e o nome da professora Maria Helena Pinto Bernardino, professora do quadro do Agrupamento de Escolas de Sardeal, tendo ambos aceite integrar a CPCJ. -----

Considerando a alínea a) do artigo 17º da Lei n.º 147/99, de 01 de setembro, com as alterações introduzidas pela lei nro. 142/2015, de 8 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardeal deliberou, por votação em urna, nomear os seguintes cidadãos eleitores para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sardeal, professora Maria Helena Pinto Bernardino e dr. André Filipe David Pina com quinze (15) votos a favor, três (3) votos em branco e um (1) voto contra. -----

### **4. Adesão à ANAM;**

O Senhor Presidente da Assembleia prestou informações sobre o assunto. -----

Interveio a Senhora deputada Joana Ramos dizendo ser a favor desta adesão, por ser uma associação que trabalha bem, cheia vigor e energia e, tendo estado no congresso naquele fim de semana, sentiu um verdadeiro apreço pelas assembleias municipais. -----

Referiu o Senhor Presidente da Assembleia que o que se espera é uma complementaridade destas duas associações. -----

Interveio o Senhor deputado Fernando Vasco apelando e reiterando o que disse na penúltima assembleia e sendo as atas exaustivas, estão lá todos os argumentos utilizados



na altura para justificar o voto não favorável, dizendo os que lhe parecem mais importantes nomeadamente facto de a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a ANAFRE serem duas associações que representam todos os municípios, quer as assembleias municipais, quer a parte dos presidentes de câmaras, quer os executivos, e na ANAFRE, as juntas de freguesia, ambas tinham consagração constitucional e às quais eram pedidos pareceres obrigatórios no âmbito do processo legislativo. -----

Para si não há razão para se criar mais associações até porque os resultados das aderências não tinham sido muito positivos, sendo que em 318 municípios, havia cerca de 170 que aderiram, sendo uma associação que com essa implementação não traduzia todo o espectro Municipal poder-se-ia estar a cair até no aparecimento de uma associação nacional dos presidentes de câmara ou dos executivos. -----

Questionou em que qualidade a Senhora deputada Joana Ramos tinha estado presente no congresso, dado que o Sardoal ainda não aderiu, ao que o Senhor Presidente da Assembleia respondeu ter sido convidada por um dos elementos da direção para estar presente, porquanto, a partir do momento que foi tomada a primeira deliberação, com o início do processo, a ANAM de imediato, começou a tratar os deputados municipais como associados, apesar de não ter sido feita qualquer inscrição no congresso da ANAM. -----

Interveio a Senhora deputada Joana Ramos dizendo que quando se quis inscrever já não o podia fazer e surgiu esse convite, mas o congresso estava aberto a qualquer pessoa, podendo ter ido como observadora. -----

Continuou a Senhora deputada referindo discordar da visão do Senhor deputado Fernando Vasco porque a ANAM tem tido alguma relevância no contexto, a par com a ANMP e com a ANAFRE, a qual também estava presente, e não há qualquer animosidade, e não acha correta a sua assunção de que agora se vai criar uma associação de presidentes de Câmara, até porque são coisas diferentes. -----

Referiu que a ANAM espelha que a Assembleia Municipal é um órgão muitíssimo importante, talvez o mais importante de uma comunidade e não tem, nem nos próprios membros nem no público, a perceção da importância seu papel e nesse considera que a ANAM o faz com grande dignidade e com grande valor, dando a conhecer a plataforma criada para formação de adultos. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Fernando Vasco dizendo ver tudo isto na Associação Nacional de Municípios Portugueses, argumentando-se até na área da formação, extremamente importantes, lembrando que existe o Centro de Estudos de Formação Autárquica, que está ligado à ANMP e cuja formação é extremamente importante. -----

No âmbito das alíneas m) e p) do nro. 2 do artigo 23º, da Lei nro. 75/2013, de 12 de setembro, bem como da alínea k) do nro.2, do artigo 25º da mesma Lei, a Assembleia Municipal deliberou por maioria aprovar a adesão do Município, à ANAM com onze (11) votos a favor (PSD) e oito (8) votos de abstenção (PS). -----

#### **5. Concessão do Serviço Público de Transporte de Passageiros do Médio Tejo - Revisão do Contrato Interadministrativo CIMT / Municípios;**

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo propor-se a aprovação da minuta do contrato interadministrativo de delegação de competências do serviço público de transporte de passageiros e a prorrogação das autorizações provisórias desse serviço público. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia questionando se a Câmara Municipal em reunião, tinha que aprovar o documento ou não, ao que o Senhor Presidente respondeu que provavelmente não. -----

O Senhor deputado referiu que a deliberação comunicada é o processo para a Assembleia Municipal, referindo que se pode cair num problema de forma em que os assuntos quando são enviados para a Assembleia Municipal podem ter que ser alvo de uma decisão em reunião de Câmara, a qual tem de estar expressa no despacho. -----

Continuou o Senhor deputado, dizendo que nesta operação dos transportes de passageiros há sempre carreiras mais apetecíveis que outras, e o concurso íntegra todas e nosso território havia algumas carreiras e alguns cursos que ao longo do tempo se foram perdendo e deixados de ser realizados, uns da frequência que que existiam outros deixaram mesmo de desistir e seria importante que o município, junto da comunidade intermunicipal enquanto entidade fiscalizadora desta concessão, porque o município passa o direito à Comunidade Intermunicipal, mas que fosse feita uma fiscalização correta e exaustiva sobre a aplicação e sobre a execução desta concessão, porque não se pode cair numa situação em que serviços que estavam a ser prestados ao abrigo desta concessão venham depois a ser prestados e irão ser remunerados para sempre prestados ao abrigo deste contrato de concessão e que depois venham a ser prestados através do outro serviço que é o transporte a pedido, que é o que tem acontecido nas freguesias mais rurais, nomeadamente Alcaravela, que já teve carreiras diárias para Abrantes e neste momento haverá uma ou duas carreiras semanais para o Sardoal e para Abrantes quando os munícipes se querem deslocar o fazem-no em transporte próprio, ou recorrem ao transporte a pedido. -----

O Senhor deputado referiu a necessidade de fiscalizar a aplicação e o uso desta concessão para os fins a que ela está destinada e garantir que o serviço é prestado porque senão vai-se cair num duplo do pagamento para o mesmo serviço o que seria de evitar. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que o circuito de transportes escolares, exceto o autocarro do município, pode ser usado por outras pessoas que não só os alunos, havendo diariamente outros circuitos, sendo que o problema se agudiza em períodos de férias escolares. -----

O Senhor Presidente garantiu não haver duplicação, mas sim um complemento, e são duas coisas distintas e o que se pretende é ganhar escala e esta modalidade de ser intermunicipal têm realmente essa vantagem. -----

No âmbito da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro, nos seus artigos 25º, nro.1, alínea k), 115º, nro.3 e 128º, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade aprovar o documento com dezanove (19) votos a favor. -----

**6. Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro (SGIFR) - constituição da Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais - designação de representantes das freguesias do concelho;**

O Senhor Presidente da Assembleia fez a introdução ao ponto em apreço, referindo que a legislação permite até dois representantes das freguesias. -----

Interveio o Senhor Presidente da Câmara referindo ter a ver com a alteração da legislação ainda que não tão profunda, sendo que o essencial se mantém, como as faixas de gestão de combustível, mas existe uma comissão municipal, tendo sido agora criada uma intermunicipal, para a qual já foram designados os representantes em reunião de Câmara.

Tomou a palavra o Senhor deputado Fernando Vasco dizendo ser uma questão simples e que deve ser feita com a maior racionalidade e com bom senso, e na sua opinião devem ser indicados dois, um do PS e outro do PSD, dado que a assembleia é constituída por oito deputados do PSD sete do PS. -----

Respondeu o Senhor Presidente da Assembleia que a opinião do Senhor deputado visa, mais uma vez, questões político-partidárias. -----

Na opinião do Senhor Presidente da Assembleia a análise desta questão pode ser vista de outra forma, com outro racional, mas isso serão os senhores deputados a decidir, a sua única questão é de ser um ou dois. -----

Tomou a palavra a Senhora deputada Joana Ramos referindo ter sido discutido na bancada parlamentar do PSD que se integrasse na comissão dois elementos de Juntas de Freguesia, em que o critério utilizado não é o político partidário, mas sim a fragilidade das

freguesias em causa, propondo assim a freguesia de Santiago de Montalegre a Alcaravela pela situação manifestamente mais frágil do que por exemplo os Valhascos. -----

Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia dizendo que o grupo de deputados do Partido Socialista propõe os representantes da Junta de Freguesia do Sardoal de Alcaravela por entender que são por um lado os senhores presidentes de junta que têm mais experiência de vida autárquica, que têm mais experiência do combate e a experiência combate ao fogo e em termos de área florestal, não deve de haver uma grande diferença e termos de área florestal. -----

Considerando a alínea b), do nro.3, do artigo 29º, do Decreto-Lei nro. 82/2021, de 13 de outubro, bem como a alínea k), do nro.2, do artigo 25º e a alínea c) do nro.1 do artigo 26º da mesma Lei, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou, por votação em urna – Listas – Método Hondt, nomear os seguintes cidadãos para a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais, Presidente da Junta de Freguesia de Alcaravela (Paulo Pedro); Presidente da Junta de Freguesia de Sardoal (Miguel Catalão Alves), com onze (11) votos, Lista A (Alcaravela/Santiago de Montalegre) - PSD e, oito (8) votos, Lista B (Sardoal/Alcaravela) – PS. -----

#### **7. Alteração Orçamental Modificativa – Revisão nro. 1/2022;**

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que esta alteração orçamental tem dois aspetos por incorporar o saldo da conta de gerência e foi 301060,02€ sendo que existe um valor que está consignado às obras da escola e do furacão Elsa, existindo também um valor que se propõe incorporar no orçamento 19244€, a integração da rubrica que tem a ver com estado e participações comunitárias de projetos cofinanciados ou seja, para não haver alteração do valor global do orçamento é reduzida uma parte dos 19244€ no estado e comparticipação, que tem um valor residual. -----

O segundo ponto, referiu ter a ver com transferência do crédito que se tinha, a cedência do crédito das Águas do Vale do Tejo para o Banco Europeu de Investimentos, o que acaba por ser só uma questão técnica. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Fernando Vasco, dizendo que em tempos havia uma dívida que tinha a ver com a Barragem da Lapa depois tinha a ver com estes créditos de 800000 €, e estava a ver as ações que estavam na lista que o Senhor Presidente informou só havia duas ações, recordando que há cerca de dois anos, o Senhor Presidente quando questionado sobre como iria ser feito o pagamento de 800000 €, disse que o gabinete de advogados ia pôr uma ação para recuperar esse dinheiro, deduzindo que foi

esquecimento dado não constar na informação, ou então, não existe mesmo essa ação. Na sua opinião este ponto deveria ser esclarecido. -----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que o trabalho está a ser desenvolvido pelo gabinete jurídico, está a ser analisado, não é um processo fácil, sendo que a ação ainda não entrou. -----

Continuou o Senhor deputado Fernando Vasco, referindo que esta dívida tem mais de 10 anos, e que há dois anos se contratou um gabinete advogados, e envolve 800000 € e, com a liquidez financeira que o município tem com um empréstimo que vai aparecer à frente, não consegue compreender porque é que não se é mais ágil na recuperação deste dinheiro, porquanto o município considera ter razão e que a dívida nem sequer se extinguiu, questionando porque é que não se pressiona, e como é que o gabinete jurídico ainda não tem uma ação interposta no espaço de 2 anos quando o cliente é Câmara. -----

Na sua opinião a Câmara deveria exigir que o Gabinete Jurídico já tivesse interposto a ação para que não tivesse necessidade de fazer empréstimo havendo dinheiro que possa vir a receber, mas pelo menos o caminho estava aberto e isto é algo que tem a ver com uma característica de gestão da Câmara de Sardoal, ou dos presidentes das câmaras dos últimos 20 e tal anos, que é o tempo que demora para resolver os problemas, dando o exemplo das ETARs, dos hotéis de charme, é o problema do colégio, que demoram sempre muitos anos, na sua opinião é uma gestão lenta para o século 21. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara dizendo que o Senhor deputado está a confundir e a misturar as coisas, porquanto este é um processo muito complicado e o gabinete jurídico saberá qual será a melhor altura para entrar com ação. -----

A Câmara pagou o acompanhamento feito e a reunião com a Águas do Vale do Tejo, sendo que a pandemia também não ajuda a que haja mais reuniões, tendo havido atrasos em todas as situações, tem conversado com o gabinete de advogados no sentido de que a ação entre o mais rapidamente possível. -----

Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia, referindo existir uma questão de forma que não está cumprida porque no despacho que é enviado não tem a deliberação da Câmara da Câmara Municipal sobre aprovação ou rejeição do documento, refere somente, por unanimidade submeter à aprovação da Assembleia Municipal, e tem de estar expressa.

Referiu o Senhor Presidente da Câmara que estes documentos são aprovados pela Assembleia, à Câmara compete submete-los à aprovação, a Câmara considerou que estes documentos estavam em condições de ser submetidos à Assembleia. -----

Considerando a alínea a) do nro. 1 do artigo 25º da Lei nro. 75/2013, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por maioria aprovar a Alteração Orçamental Modificativa – Revisão nro. 1/2022, com onze (11) votos a favor (PSD) e oito (8) votos de abstenção (PS). -----

### **8. Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Sardoal (PMEPC) - 2022 - aprovação em Assembleia Municipal;**

O Senhor Presidente referiu ainda que o que se propõe é a aprovação do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Sardoal, foi submetido a consulta pública e com emissão de parecer da Comissão Municipal de Proteção Civil e da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia referindo que numa assembleia anterior já tinha chamado atenção para a necessidade de o produzir rapidamente, porque estariam em causa alguns apoios financeiros para municípios que não o tivessem aprovado. Do documento em si, na sua opinião, o que deve ser corrigido já é várias páginas de reparos que ANPC faz sobre o plano e preocupa-o porque na sua opinião são páginas a mais, e pela quantidade deveria de ser corrigido antes de ser aprovado e antes de chegar à Assembleia Municipal.

Continuou dizendo que atendendo a que já é uma legislação de 2007 tendo tido uma atualização nos conteúdos em 2015, era tempo suficiente para que estivesse um plano sem tantos reparos e nesse sentido, a bancada parlamentar do PS, quer que o Senhor Presidente da Câmara enquanto Autoridade Municipal de Proteção Civil garanta que nada destes pontos que são citados pela ANEPC, colocam em risco não só a execução do plano, mas acima de tudo, tudo aquilo que está envolvido sobre aquela matéria. -----

Interveio o Senhor Presidente da Câmara dizendo que o Senhor deputado confundiu o plano de proteção civil com a defesa da floresta, porque a defesa da floresta é que tinha as condicionantes, o prazo foi alargado e o plano está em vigor. -----

Disse o Senhor Presidente que o parecer da ANEPC é favorável e se aquela entidade considera que este plano está em condições e que não põe em risco a segurança e que deve ser já aplicado e sugere de tal forma que a quantidade de ajustes que a ANEPC propõe, podem ser introduzidos numa próxima revisão do plano, não entende porque está a ser posto em causa o documento, inclusivamente o parecer da ANEPC não é vinculativo.

Interveio o Senhor Comandante dos Bombeiros, referindo que o parecer da ANEPC é favorável a este plano com uma recomendação de revisão ao fim de 3 anos, na qual sejam considerados as correções que eles indicam, ou seja, quando for feita a revisão intercalar aos 3 anos que seja introduzido estas recomendações que são indicadas, para além disso,

o documento tendo sido submetido a consulta pública, algumas das correções que sugeridas não podem ser neste momento colocadas todas aquelas que não vão contra a consulta pública que é maioria destes pontos que aqui estão foram introduzidos no plano atual neste documento, porque está-se a falar de remissões para contactos, para ser mais fácil utilizar, tudo aquilo que pudesse colocar em causa a consulta pública realizada não foi introduzido neste documento. -----

Disse ainda o Senhor Comandante dos Bombeiros que a maioria das recomendações da ANEPC vêm do próprio plano nacional de emergência de proteção civil que está em processo de revisão de alteração e aquela entidade já está a obrigar a introduzir aquelas que eles vão introduzir no deles, porque a os planos, tanto a nível nacional, distrital ou municipais bebem todos da mesma fonte. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Fernando Vasco, agradecendo as explicações dadas pelo Senhor Comandante, mas que nos termos da ANEPC este plano municipal de emergência revela um razoável grau de cumprimento das disposições fixadas na resolução 30/2015, mas não significa que esteja cumprido as posições fixadas na 30/2015, sendo que, na sua opinião, o conjunto de situações mencionados tiveram o seu percurso e tiveram o tempo suficiente na maior parte dos casos com exceção de algumas que o comandante referiu e que poderão ter a ver com planos que estejam a ser executados neste momento, muitas delas poderiam estar já acoplados a este ano e, são muitas e daí a conclusão da autoridade de ser razoável o grau de cumprimento das disposições fixadas. Pessoalmente, não está satisfeito com o grau de prontidão operacional que este plano encerra, sendo preciso corrigir e apesar de a autoridade recomendar que se faça uma visão intercalar ao fim de 3 anos, na sua opinião estas alterações deviam ser introduzidas assim que fosse possível e não esperar por esse prazo de três anos, porque são importantes. -----

Continuou o Senhor deputado dizendo querer relacionar este plano municipal de emergência com algo que Senhor Presidente há pouco aflorou e que tem a ver com o processo da gestão de faixas de combustíveis, em que houve um conjunto de cartas e despachos que ocorreu no verão passado, em que as pessoas foram notificadas, tendo sido aberta consulta pública e fez-se um processo que deve estar em fase de conclusão, só que essa gestão e todo esse processo só podia ser feito depois deste plano estar aprovado, Interveio o Senhor Presidente da Câmara dizendo que o Senhor deputado está a confundir as coisas, dado que o processo que foi feito o ano passado foi por solicitação do governo

para a Autarquia servir de interlocutor com os proprietários sendo essa responsabilidade do governo, nada tem a ver com este plano. -----

Disse ainda que o que é certo é que a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil deu parecer favorável a este plano e o Senhor Comandante foi suficientemente claro quando disse que estavam todos em processo de mudança e como acontece noutras situações, é sugerido a introdução daquilo que vai ser o objetivo a atingir daqui a 2 ou 3 anos. -----

Aquilo que tem de se votar é um plano que tem o parecer da Comissão Municipal de Proteção Civil que tem várias entidades, foi para consulta pública e Autoridade Nacional de Proteção Civil parecer favorável e perante isto nada mais tem a dizer. -----

O Senhor deputado Fernando Vasco questionou se é pressuposto ou não daquele processo que decorreu e com muito bem explicou, em agosto, a existência de um plano municipal aprovado, ao que o Senhor Presidente da Câmara respondeu que não. -----

Tomou a palavra o Senhor Comandante dos Bombeiros dizendo que neste momento o Sardoal tem um Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, válido até ao final do ano e está em consulta pública, assim que sair em diário da república, e esse obriga a que as faixas da rede primeiro estejam contempladas. Este é Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil, o outro é Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e, com este decreto-lei 82 de 2021 vai ser substituído pelos planos municipais de execução que estamos a aguardar que AGIF os ponha para sub-regional e posteriormente para os municipais. -----

Após parecer da Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC) e da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) e, considerando o n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro (na atual redação). bem como o estipulado na alínea h), do nro. 1, do artigo 25º e alínea k), do nro. 2, do mesmo artigo, da Lei nro. 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por maioria, aprovar o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (2022), com onze (11) votos a favor (PSD) e oito (8) votos de abstenção (PS).

### **9.Proposta - Adjudicação do Empréstimo MLP até ao valor de 355 mil euros - Várias Obras (Pavimentação e trabalhos complementares) - Ano de 2022;**

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo ser a materialização do empréstimo para o qual se pediu autorização anteriormente, já tendo sido feitas as consultas, propondo-se a sua adjudicação, tendo o empréstimo o valor total 355 000€, para obras de pavimentação e trabalhos suplementares nos acessos envolventes ao



edifício do Agrupamento de Escolas de Sardoal, serviços operacionais e armazém, para a localidade de Pisão e Tojeira e para reparação de vias de comunicação e zonas de lazer dos danos provocados pela depressão Elsa. -----

Referiu ter sido feita uma candidatura para apoios para o furacão Elsa, tendo o Sardoal sido contemplado com 50000€. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia referindo concordar com a realização destas obras, no caso do arruamento junto à escola o mesmo deveria ter feito parte do projeto inicial da escola, mas o importante é que a estrada seja arranjada, assim como em relação aos arruamentos de Pisão e da Tojeira e em relação aos danos provocados pelo furacão Elsa. -----

O Senhor deputado pôs em causa o prazo do empréstimo por considerar 14 anos demasiado para um empréstimo deste valor e se o Senhor Presidente diz com alguma regularidade que Câmara Municipal tem liquidez questiona porque não faze-lo num prazo mais curto ou sem recorrer a empréstimos, até porque os resultados do ano passado até são animadores. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente referindo não fazer sentido que a obra de pavimentação junto à escola ser no início do processo, porque não é despesa elegível na candidatura e faz sentido que seja feito no estado mais avançado da construção da obra porque é sabido que há sempre camiões de materiais a passar, sendo este o racional. -----

Relativamente à liquidez ou tesouraria, o município tem-na e quer continuar a ter, tendo de se fazer a gestão de acordo com aquilo que são os empréstimos que tem de se fazer, para fazer obra, que não comprometa a tesouraria e, fazer o empréstimo a 5 anos iria comprometer a realização de outras obras e, fazer obras por meios próprios, é realmente não ter noção daquilo que é a capacidade da Autarquia de fazer as coisas e perceber o custo/ benefício, deixar-se-ia de fazer outras coisas que também são fundamentais. -----

Disse ainda o Senhor Presidente que não se justifica os trabalhadores da Autarquia deixarem de fazer o seu trabalho que é essencial para fazerem estas obras, quando existem empresas que as fazem, tendo sido esta a opção do município. -----

Interveio o Senhor deputado dizendo que estava a referir-se a meios financeiros, porque a Câmara não tem meios necessários para fazer este tipo de obras, ao que o Senhor Presidente respondeu que para se fazer com meios financeiros próprios, outras coisas teriam de deixar de se fazer no valor de 355 mil euros, para fazer essa obra. -----

Continuou o Senhor deputado dizendo que afinal a liquidez é reduzida e questionando porque não fazer o empréstimo a 5 anos, que seria um tempo razoável, porque daqui a 14 anos se calhar alguns daqueles trabalhos já não estão em condições. -----

O Senhor Presidente respondeu que se a autarquia quisesse teria toda a liquidez do mundo, desde que obra nenhuma se fizesse, se não se contraísse um empréstimo, porque tem-se capacidade financeira para o fazer, mas tem de se pagar os empréstimos, o que não se tem é liquidez para se fazer tudo aquilo que se gostaria de fazer e que, em questão de liquidez e tesouraria, o município cumpre com as suas obrigações. -----

Interveio o Senhor deputado Fernando Vasco para subscrever o que disse o Senhor deputado Adérito Garcia, mas também para responder à questão onde se iria buscar o dinheiro para fazer estas obras, se a questão dos 800000€ que está há 2 anos para pôr uma ação, se a tivessem posto há 6 ou 7 anos atrás, talvez neste momento o tribunal administrativo já tivesse uma resolução, até porque disse que se tem uma dívida tão baixa e se assim fosse não havia necessidade de andar a pedir dinheiro. -----

Disse sentir-se incomodado por estar a aprovar um empréstimo que não vai ser o Senhor Presidente a pagar, mas sim os outros dois presidentes a seguir, ou todos através dos impostos que se pagam, é muito fácil fazer obra assim, pedir dinheiro, fazer e os outros que paguem e, para si tem de haver uma gestão mais criteriosa para arranjar dinheiro. -----

Interveio o Senhor Presidente da Câmara dizendo que este processo não poderia ter entrado há 6 ou 7 anos pelas várias razões que já mencionou, por outro lado se se fizesse como os deputados do PS sugerem, não havia Centro Cultural, nem uma piscina municipal, não se teria uma escola nem uma loja do cidadão, não se teria equipamentos que foram feitos, recorrendo a empréstimos e, ou se tem ou não se tem. -----

Considerando a alínea f) do nro. 1 do artigo 25º da Lei nro. 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por maioria autorizar a contratação de um empréstimo de MLP até ao montante de 355 mil euros, nas condições constantes da proposta apresentada pela CCAM do Ribatejo Norte e Tramagal, nos termos do nº 5 do artigo 49º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, com onze (11) votos a favor (PSD) e oito (8) votos de abstenção (PS). -----

Não havendo mais nada a tratar, foi pelo Senhor Presidente da Mesa, encerrada a sessão, eram vinte e três horas e cinquenta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata. -----

O Presidente da Assembleia Municipal \_\_\_\_\_

O Primeiro Secretário \_\_\_\_\_

O Segundo Secretário \_\_\_\_\_